COMISSÃO DE SAÚDE PROJETO DE LEI Nº 4.727, DE 2024

Cria o Programa Nacional de Proteção Cerebral para Prevenção de Sequelas Neurológicas em Bebês.

Autor: Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ

Relatora: Deputada SILVIA CRISTINA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 4.727, de 2024, de autoria do Deputado Paulo Bilynskyj, propõe a criação do Programa Nacional de Proteção Cerebral para Prevenção de Sequelas Neurológicas em Bebês, a ser implementado no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A iniciativa tem como objetivo estruturar e fortalecer práticas de neuroproteção neonatal, com foco na prevenção de danos neurológicos em recém-nascidos, por meio de ações organizadas, coordenadas e tecnologicamente atualizadas. Caso o PL seja aprovado, o Programa será direcionado a hospitais que preencham ao menos um dos seguintes requisitos mínimos de infraestrutura:

- -Dez ou mais leitos de UTI neonatal; ou
- -Cinco ou mais leitos de UTI cardiológica neonatal; ou
- -Registro de, no mínimo, 1.500 nascidos vivos ao ano.

As ações previstas deverão ser executadas por equipe multiprofissional e orientadas por protocolos de assistência estruturada, voltados à proteção cerebral neonatal e embasados pela literatura científica.

A proposta inclui o uso de tecnologias integradas, como eletroencefalografía contínua e sensores de infravermelho, que permitirão o monitoramento em tempo real da atividade cerebral dos bebês, com o intuito de possibilitar intervenções clínicas precoces e precisas. Além disso, o texto prevê a capacitação das equipes de saúde em cuidados neurocríticos neonatais e busca estimular o uso de centrais remotas de monitoramento, especialmente por parte de hospitais municipais, mediante celebração de parcerias com instituições públicas ou privadas que atuem comprovadamente na área.





O PL prevê que a implementação e coordenação do programa ficarão sob responsabilidade do Ministério da Saúde, que deverá monitorar e avaliar continuamente os resultados, por meio da publicação de relatórios anuais. Ademais, estabelece que as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde adaptem as ações do programa às realidades locais, de acordo com as características epidemiológicas e estruturais de cada região.

Este PL, que tramita em regime ordinário, foi distribuído, em caráter conclusivo, às Comissões de Saúde (CSAUDE), para análise do mérito; de Finanças e Tributação (CFT), para apreciação da sua adequação financeira e orçamentária; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para exame da sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Na CSAUDE, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II - VOTO DA RELATORA

Cabe a esta Comissão de Saúde a apreciação do Projeto de Lei nº 4.727, de 2024, de autoria do Deputado Paulo Bilynskyj, quanto ao mérito, no que tange a questões referentes ao seu campo temático e às suas áreas de atividade, nos termos regimentais.

Informamos que o enfoque desta Comissão é a contribuição deste PL para a defesa da Saúde neste País. Já os assuntos relativos à adequação financeira e orçamentária e à constitucionalidade e à juridicidade da matéria serão examinados pelas próximas comissões a que o PL for encaminhado.

O Projeto em apreciação propõe a criação do Programa Nacional de Proteção Cerebral para Prevenção de Sequelas Neurológicas em Bebês (recém-nascidos), no âmbito do Sistema Único de Saúde. A Proposição nasce da constatação de uma realidade alarmante: a cada ano, milhares de recém-nascidos brasileiros enfrentam condições graves que os expõem ao risco elevado de sequelas neurológicas permanentes, como paralisia cerebral, déficits cognitivos, transtorno do espectro autista (TEA), cegueira, surdez e epilepsia. Entre as principais causas, destacam-se a asfixia perinatal, a prematuridade extrema e as cardiopatias congênitas. Estima-se que, apenas em casos de asfixia, mais de 20 mil recém-nascidos sejam acometidos anualmente no país — e que 35% dos sobreviventes apresentem deficiências graves¹

https://saude.abril.com.br/tv-saude/infograficos/uma-rede-que-salva-bebes-de-sequelas-'rrais





CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DEPUTADA SILVIA CRISTINA PP/RO

O objetivo central deste Programa é fomentar a estruturação de serviços especializados de neuroproteção neonatal, com ênfase na prevenção de sequelas cerebrais por meio da adoção de tecnologias de monitoramento avançado e da capacitação de equipes multiprofissionais.

O Projeto prevê que o Programa será implementado em hospitais que preencham determinados critérios mínimos descritos acima. A definição desses critérios contribui para a efetividade do Programa e melhor alocação dos recursos públicos, uma vez que garante que a estrutura mínima necessária esteja presente para a implementação segura e eficaz das ações propostas. O texto ainda faculta aos hospitais municipais o uso de centrais remotas de monitoramento, recurso que poderá ampliar o alcance da iniciativa e mitigar desigualdades regionais na oferta de cuidado especializado.

O PL também acerta ao atribuir ao Ministério da Saúde a competência para monitorar e avaliar continuamente o Programa. Essa medida é tecnicamente adequada, pois garante que os procedimentos clínicos e os fluxos assistenciais sejam definidos com base em evidências científicas, em consonância com os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), cuja elaboração e revisão estão sob responsabilidade da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), conforme prevê a Lei nº 12.401, de 2011. Além disso, a utilização de sistemas de informação em saúde para o monitoramento e avaliação do Programa permite o acompanhamento dos resultados, a identificação de boas práticas e a correção de eventuais distorções na execução do Programa.

Cabe mencionar que o PL é coerente com os princípios do SUS, previstos no art. 198 da Constituição Federal, especialmente o princípio da integralidade da atenção à saúde. Ademais, a atenção neonatal qualificada, com foco na prevenção de agravos neurológicos, está em consonância com as diretrizes da Rede Cegonha, que busca garantir às mulheres e às crianças o direito ao nascimento seguro, ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis. Além disso, o Projeto está alinhado ao Marco Legal da Primeira Infância, que determina como prioridade absoluta a proteção e promoção do desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida.

Feita essa análise do texto do PL, partamos para uma discussão mais ampla sobre o mérito do tema. O Projeto propõe a criação de um Programa estruturado, baseado em evidências científicas e nas melhores práticas clínicas internacionais, voltado à prevenção de lesões neurológicas em recém-nascidos de alto risco. A proposta estabelece como foco os hospitais com infraestrutura neonatal especializada e prevê a atuação de equipes multiprofissionais treinadas, com apoio de tecnologias de ponta para o monitoramento cerebral e a tomada precoce ' ' isões clínicas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DEPUTADA SILVIA CRISTINA PP/RO

O modelo tem inspiração direta em iniciativas exitosas, como o programa PBSF – Protecting Brains & Saving Futures, que desde 2016 já monitorou mais de 15 mil recémnascidos em situação crítica, com o uso de equipamentos de eletroencefalografia contínua, espectroscopia no infravermelho próximo (NIRS), colchões de hipotermia terapêutica e uma central remota de monitoramento ativa 24 horas por dia². Essa rede, integrada a mais de 50 hospitais, representa a maior base de dados de monitoramento cerebral neonatal do mundo, com mais de 800 mil horas de monitoramento, e já demonstrou resultados concretos na prevenção de sequelas neurológicas e na redução da mortalidade neonatal.

Importante ressaltar que o Projeto também se destaca por seu alto grau de racionalidade econômica. Crianças com deficiências graves decorrentes de complicações neonatais demandam cuidados contínuos por toda a vida, o que representa um impacto expressivo sobre o sistema de saúde e assistência social. Estima-se que o custo com uma única criança com deficiência incapacitante pode chegar a R\$ 3 milhões ao longo de 20 anos. Em 2023, o governo federal destinou R\$ 48 bilhões apenas para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) a pessoas com deficiência, sendo as lesões neurológicas de origem neonatal uma das principais causas. A prevenção precoce desses agravos, como propõe o PL, não apenas salva vidas e garante desenvolvimento saudável, como também representa economia de recursos públicos e alívio à sobrecarga das famílias. Vale lembrar que por trás de cada criança acometida por uma doença ou deficiência existe também uma família inteiramente envolvida.

Ademais, é importante mencionar que estamos falando neste Projeto de uma tecnologia que já existe e está em uso no Estado de São Paulo, e os hospitais que tiveram acesso ao protocolo de neuroproteção tiveram mudanças significativas no cuidado neonatal³.

Durante a audiência pública realizada nesta Comissão de Saúde, em 19 de novembro de 2024, a representante da Sociedade Brasileira de Neurologia Infantil, Dra. Letícia Pereira Sampaio, mencionou que a incidência de crises convulsivas é muito alta no período de internação neonatal e que, geralmente, os pacientes não apresentam nenhum sintoma, pois em 90% dos casos o bebê não faz movimentos, não pisca os olhos, passando despercebido pela equipe médica que ele está convulsionando, o que acarreta em sérias lesões neurológicas. E, com este procedimento, é possível acompanhar o paciente por inteiro, evitando inclusive medicamentos desnecessários e, principalmente, o agravamento do quadro clínico do recém-

³ https://jamanetwork.com/journals/jamanetworkopen/fullarticle/2811869 https://www.thieme-connect.com/products/ejournals/abstract/10.1055/s-0044-1786720? device=mobile&innerWidth=546&offsetWidth=980





² https://pbsf.com.br/informacoes-para-familia/



nascido.

Antes de concluir o meu voto, mencionamos que em Rondônia, estado que represento nesta casa, tem uma grande necessidade de avanços tecnológicos na área da saúde, principalmente no que tange a vida dos bebês prematuros. Neste sentido reafirmo o meu compromisso de sempre buscar o que há de melhor para a saúde pública do meu estado e deste país, posso afirmar, que a aprovação deste projeto que visa aprimorar os cuidados neonatais e prevenir sequelas neurológicas em bebês por meio de monitoramento e intervenções precoces teremos mais um instrumento para salvar vidas.

Diante do exposto, entende-se que o Projeto de Lei nº 4.727, de 2024, apresenta mérito para a Saúde Pública e, portanto, voto pela APROVAÇÃO e convoco os demais parlamentares desta comissão que defendem a saúde pública deste país a igual posicionamento.

Sala da Comissão, em de de

2025.

SILVIA CRISTINA DEPUTADA FEDERAL PP/RO



